



XVII ENANPUR

SÃO PAULO • 2017



Direito à água: conflitos e disputas na Região do Leste Metropolitano do Rio de Janeiro

**Right to water: conflicts and disputes in the
Metropolitan East Region of Rio de Janeiro**

*Eloísa Helena Freire, Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU/UFF),
eloisafreire.uff@gmail.com*

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo refletir sobre os conflitos socioambientais na região do Leste Metropolitano do Rio de Janeiro, com destaque para aqueles relacionados ao acesso, ao uso e à conservação da água. Pretende-se analisar os “fluxos da água” nesta região e as relações de poder envolvidas nesse campo. A origem do conflito na gestão dos recursos hídricos se deve ao fato dos municípios de Niterói, São Gonçalo, Itaboraí e Maricá não possuírem bacias hidrográficas dentro de limites capazes de suprir suas demandas de água, dependendo, principalmente, dos mananciais dos municípios de Cachoeiras de Macacu. Por esta razão, a gestão das águas nesses municípios sempre foi um ‘campo’ de disputas de caráter regional. Neste contexto, a cidade de Niterói sempre foi privilegiada, devido ao seu status de antiga capital do Estado do Rio de Janeiro. Estes municípios são abastecidos pelo Sistema Imunana que é responsável pelo o abastecimento de aproximadamente 2 milhões de pessoas. Contudo, a demanda hídrica do sistema é maior que sua oferta, representando hoje, aproximadamente, 340 mil pessoas sem atendimento. Além disso, neste contexto de precariedade, de desigualdade socioambiental e de falta de gestão regional é instalado no município de Itaboraí, um grande projeto de desenvolvimento, o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), que colocou a região no centro das atenções desde da época de seu lançamento em 2006. Toda essa conjuntura trouxe fortes reflexos nas demandas, nos usos e no direcionamento dos fluxos das águas na região.

Palavras Chave: Água; Conflitos Sócio-ambientais; Desigualdade Sócio-espacial; Urbanização

ABSTRACT

This work to reflect on the social and environmental conflicts in the Eastern Region of Metropolitan Rio de Janeiro, with emphasis on access, use and conservation of water. It is intended to analyze the "water flows" in this region and the power relations involved in this field. The origin of the conflict in the management of water resources is because the municipalities of Niterói, São Gonçalo, Itaboraí and Marica do not have watersheds within limits able to meet their water demands, depending mainly on the water sources in the municipality of Cachoeiras de Macacu. For this reason, water management in these municipalities has always been one disputed field of regional character. In this context, the city of Niterói has always been privileged, due to its status as a former capital of the State of Rio de Janeiro. These municipalities are fueled by Imunana-Laranjal system, which is responsible for the supply of about 2 million people. However, the water requirement of the system is higher than its offer, currently representing approximately 340,000 people without care. Besides, in this context of precariousness, social and environmental inequality and lack of regional management it is installed in Itaboraí County in the East Fluminense a major project of "development", the Petrochemical Complex of Rio de Janeiro (Comperj), which placed the region at the center of attention since the time of its launch in 2006. This whole situation brought strong reflections on the demands, the uses and the direction of flow of water in the region.

Keywords: Water; Socio and Environmental Conflicts; Social and Environmental Inequality; Urbanization

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo refletir sobre os conflitos socioambientais na região do Leste Metropolitano do Rio de Janeiro, com destaque para aqueles relacionados ao acesso, ao uso e à conservação da água. Pretende-se analisar os “fluxos da água” nesta região e as relações de poder envolvidas nesse campo.

Os problemas socioambientais, dentre eles, aqueles relativos à distribuição e ao consumo de água, que se apresentam em várias regiões do país, não são simplesmente uma consequência de falhas na aplicação da legislação ou inadequação técnica, mas sim, representam a manifestação de disputas entre forças políticas e econômicas. Observa-se então que a água, como insumo indispensável para diversas atividades econômicas, torna-se um recurso crescentemente disputado no mercado.

O intenso processo de urbanização vivenciado principalmente no século XX afetou significativamente os corpos hídricos nas cidades por todo o mundo. Contudo, suas consequências não se distribuíram de forma igual pela população. Este é o caso da Região Metropolitana do Rio de Janeiro onde os setores mais pobres e desorganizados da população, ao serem empurrados para áreas com pouca ou nenhuma infraestrutura urbana, sofreram mais do que aqueles que vivem em áreas urbanizadas e dotadas de infraestrutura razoavelmente consolidada. Nesse sentido, as deficiências de infraestrutura e as falhas operacionais dos serviços de saneamento na Região do Leste Metropolitano do Rio de Janeiro, ilustram a centralidade política da gestão de recursos hídricos ao longo dos anos, repercutindo de forma diferenciada nos municípios de Niterói, São Gonçalo, Itaboraí, Cachoeiras de Macacu e Maricá. Este recorte territorial concentra 80% da população urbana da região do Leste Fluminense. A gestão destes serviços nestes municípios constitui, talvez, um exemplo marcante de inserção da água em processos não lineares de controle político e econômico do território em questão.

A origem do conflito na gestão dos recursos hídricos na região em estudo deriva do fato de os municípios de Niterói, São Gonçalo, Itaboraí e Maricá (uma parte) não possuírem bacias hidrográficas capazes de suprir suas demandas, dependendo, principalmente, dos mananciais do município de Cachoeiras de Macacu. Por esta razão, a gestão das águas nesses municípios é um “campo” de disputas de caráter regional. Neste contexto, a cidade de Niterói sempre foi privilegiada, devido ao seu status de antiga capital do Estado do Rio de Janeiro. Estes municípios são abastecidos pelo Sistema Imunana que é responsável pelo o atendimento de aproximadamente 2 milhões de pessoas. Contudo, tal sistema tem um déficit hídrico que exclui milhares de famílias do acesso à água tratada.

Na análise dos dados, conclui-se que a população dos municípios que estão geograficamente mais próximas dos mananciais de água, não se beneficiam desta situação, apesar de sua grande concentração populacional. Pode-se afirmar então, que a posição privilegiada que os moradores de São Gonçalo e Itaboraí ocupam no espaço físico, não foi suficiente para competir com aqueles que detém posição privilegiada no espaço político e social.

Além disso, neste contexto de precariedade, de desigualdade socioambiental e de falta de gestão regional é instalado no município de Itaboraí, no Leste Fluminense um grande projeto de desenvolvimento, o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), que colocou a região no centro das atenções desde da época de seu lançamento em 2006. Toda essa conjuntura trouxe fortes reflexos nas demandas, nos usos e no direcionamento dos fluxos das águas na região.

Boa parte deste trabalho está baseado nos dados da pesquisa qualitativa conduzida entre 2000-2012, Monitoramento de Indicadores Socioeconômicos nos Municípios do Entorno do Comperj. A metodologia adotada para elaboração desta pesquisa utilizou projeções estatísticas baseadas nos dados do IBGE¹ para os anos de 2000, 2007 e 2010 para estimar o número total de domicílios permanentes urbanos. Com relação aos sistemas de abastecimento de água (da captação até a rede de distribuição) e de esgoto (rede de coleta e tratamento) e os percentuais de domicílios atendidos com abastecimento de água e coleta de esgoto, as fontes de dados foram as concessionárias de água e esgoto e as autarquias municipais, além de dados secundários, como os do Sistema Nacional de Informação sobre Saneamento (SNIS). Os dados assim conseguidos também foram complementados junto às secretarias municipais. Todos os elementos dos sistemas foram identificados, validados em campo, georreferenciados e representados em mapas, também georreferenciados, para isso foram utilizadas imagens de alta resolução. Para avaliação dos serviços ofertados pelas prestadoras foi realizada pesquisa domiciliar nas áreas declaradamente atendidas, com objetivo de verificar sua qualidade junto à população.

O trabalho está estruturado em três seções. Na primeira, realiza uma breve conceituação sobre os problemas ambientais e a gestão dos recursos hídricos segundo abordagem da ecologia política; na segunda, é apresentado os impactos dos processos de urbanização e de industrialização contemporânea sobre sistema de abastecimento de água na região do leste metropolitano do Rio de Janeiro, e na terceira e última parte conclui-se que se o modelo de gestão adotado pelos administradores urbanos da região continuar seguindo a lógica do empresariamento urbano, marcada pela guerra dos lugares, provavelmente haverá um acirramento da questão da distribuição - desigual – da água.

ECOLOGIA POLÍTICA E OS PROBLEMAS AMBIENTAIS

O acesso à água potável em quantidade e qualidade satisfatória, bem como a todos os outros serviços que envolvem o saneamento básico, representa ainda um dos grandes obstáculos à democratização do espaço urbano no Brasil e na América Latina, especialmente nas áreas periféricas das grandes regiões metropolitanas. Nesse contexto, grandes diversidades de problemas ambientais se originam, com destaque para aqueles relacionados ao acesso, ao uso e à conservação da água.

O conceito de problemas ambientais que orienta este trabalho é delineado pelo sentido conferido na abordagem teórico conceitual da Ecologia Política. Segundo esta perspectiva, é preciso considerar os processos históricos e sociais que constituem as situações de escassez e conflitos pela água, bem como as circunstâncias desiguais de apropriação desse recurso natural pelos diferentes segmentos sociais e econômicos (Raulino, et al., 2010). Em outras palavras:

A Ecologia política compreende o meio ambiente como a relação dialética entre o homem e a natureza. Nesse sentido, a natureza é impactada pela contradição de interesses entre os homens. A dimensão do conflito socioambiental é essencial para compreensão dos problemas ambientais, e conseqüentemente imprescindível para sua solução. As ciências ambientais, que ignoram a diversidade e o conflito de interesses sociais nas relações ambientais, acabam por eliminar também a importância dos sujeitos históricos (Gomes,2013).

¹ IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

A Ecologia Política é então imprescindível para superar o senso comum ambiental, revelar as reais causas da degradação ambiental mundial e contribuir para a mitigação de problemas ambientais e/ou transformação das formas e modos de apropriação de recursos naturais do atual modo de desenvolvimento e produção de bens e serviços, tendo em vista garantir a sustentabilidade ambiental da humanidade.

A preocupação ambiental, somente com a preservação da natureza e a sustentabilidade acaba por unificar sujeitos sociais que possuem interesses, necessidades e projetos distintos em relação a gestão dos recursos naturais. Como consequência teórica de tal premissa, a questão ambiental é individualizada com cada cidadão sendo responsável de igual forma pela solução da escassez independentemente da posição social que ocupa no modo de produção.

Dessa maneira, a “consciência ecológica”, o “o consumo responsável” e outras soluções misticadoras surgem como resultado para resolver a grave crise hídrica que passa a maioria das regiões metropolitanas brasileiras.

Esse senso comum ambiental, dissociado da análise científica da realidade concreta, difundido pelos meios de comunicação de massa, corresponde a uma falsa solução que acaba por individualizar problemas que na verdade são coletivos. Para efeito de ilustração, podemos citar a montagem de um único automóvel que consome 400 mil litros de água, o que equivale a cerca de 3.334 banhos de ducha pouco econômicos (Gomes, 2013). No entanto, enquanto há uma propaganda permanente a favor da economia de água do banho, não se observa crítica alguma ao aumento da produção de automóveis, como também é ignorado que a média de consumo de água dos bairros mais ricos é quase três vezes maior do que a média em bairros periféricos das cidades (Dias, 2008), o que demonstra que a real solução para a distribuição e consumo dos recursos naturais não é alcançada por meio do senso comum ambiental.

A concepção dominante do que venha ser questão ambiental, pouco sensível às suas questões sociológicas, concorreu para que o tema do desperdício ou da escassez de matéria e energia se apresentasse, mundialmente, como o mais importante no debate ecológico (Acselrad, et al., 2009).

Como exemplo disto, pode ser visto na crise de abastecimento das regiões metropolitanas do Rio de Janeiro e de São Paulo em 2014, divulgada na grande mídia, onde gestores estaduais resumiram o problema a escassez devido à falta de chuvas “*O governo paulista classifica o cenário como a pior seca dos últimos 80 anos e assim justifica a crise hídrica que atinge o estado*” (Jornal O GLOBO, 08/08/2014) e especialistas em recursos hídricos apontam ações que podem ser tomadas antes de se iniciar o racionamento de água, entre elas “*um programa de educação do uso da água, por parte das famílias*”. (REVISTA CREA-RJ, jun/jul de 2014).

Entretanto, alocação, uso e conservação de água são elementos centrais do que Lefebvre (1970) denominou de ‘problema urbana’, a qual se tornou francamente globalizada a partir da década de 70, pois este serviço que era considerado um direito no Estado de Bem-Estar Social, foi transformado em mercadoria a serem adquiridas no livre mercado. Neste contexto econômico, sociedades empresariais procuraram novos negócios lucrativos como forma de superar a crise de acumulação do capital. O neoliberalismo então surge como resposta para crise, apresentando um conjunto de medidas políticas, sociais e econômicas para restabelecer o crescimento da economia mundial (Gomes, 2013). Desse modo, os serviços de distribuição de água e coleta de esgoto entre outros são privatizados por meio do regime de concessão. O saneamento ambiental tornou-se grande objeto de interesse do capital internacional. Portanto, as multinacionais da água que

controlam o setor, com auxílio financeiro do FMI e do Banco Mundial, ampliaram a sua área de atuação por meio de investimentos em mais países onde a gestão da água ainda era pública.

Além disso, este modelo neoliberal não é simplesmente um pacote de políticas econômicas que extraem excedente de capital, mas tem em seu bojo uma rede de políticas, ideologias, valores e racionalidades que trabalham em conjunto para alcançar o poder hegemônico do capital (Brown, apud. Miraftab, 2009). Miraftab (2009) aponta que as políticas de privatização da água que se espalharam ao redor do mundo a partir da década de 70, que perdura até hoje, utilizam não apenas como argumento para sua implantação a eficiência econômica, mas também são acompanhadas por uma série de discursos impregnados de valores para justificar a mercantilização de uma necessidade básica - a água. Neste contexto, o discurso hegemônico para resolver a crise ambiental contemporânea difunde que a raiz do problema não está nas relações produtivas, ou seja, sua natureza não é de caráter político e econômico, mas sim, técnica-gerencial e de consciência individual. Dessa maneira, *“uma nova definição de responsabilidade cívica coloca o cidadão que paga por este serviço como virtuoso em contraste com o que não paga como aproveitador”*.

Esta visão foi consolidada em nível político a partir da Conferência de Dublin sobre Água e Meio Ambiente de 1992, que é o principal instrumento internacional em defesa da mercantilização da água, que afirma expressamente que os seres humanos devem ter “acesso à água potável e ao saneamento a um preço que possam pagar”, pois “a inabilidade em reconhecer o valor econômico da água no passado levou ao desperdício e a usos que foram prejudiciais ao meio ambiente” (Gomes, 2013).

Desse modo, o serviço público de distribuição de água foi privatizado em inúmeras cidades do mundo. Contudo, a análise dessas experiências demonstra que a gestão privada da água acarreta diversos conflitos entre as concessionárias e os usuários. Dentre muitas razões que levaram ao surgimento desses conflitos² se pode citar: desempenho medíocre das empresas privadas, subinvestimentos, disputas sobre custos operacionais e aumento de preços, aumento brutal de tarifas, dificuldade em fiscalizar os operadores privados, falta de transparência financeira, desperdício e deficiente qualidade de serviço.

Esta tendência tem impacto no Brasil a partir da década de 1990 através Plano Nacional de Desestatização (PND) (Reformas Gerenciais do Estado - Bresser Pereira) que transferiu para a iniciativa privada parcela considerável de serviços públicos e atividades econômicas antes prestadas pelo Estado.

Observa-se então que, no mundo contemporâneo, dominado pela forma-mercadoria, a água, como insumo indispensável para diversas atividades econômicas, tem crescentemente sido colocada e disputada no mercado. Desse modo, mundo afora, as cidades têm assistido a um

² O agravamento destes conflitos tem motivado a retomada dos serviços de saneamento pela administração municipal em várias cidades ao redor do mundo que tiveram estes serviços privatizados. Segundo o Relatório Here do Stay, (publicado por Public Services International Research Unit (PSIRU), Transnational Institute (TNI) and Multinational Observatory, 2015) nos últimos 15 anos houve pelo menos 180 casos de retomada do controle público da gestão da água e do saneamento em 35 países, tanto do Norte como do Sul, incluindo casos de alto perfil na Europa, Américas, Ásia e África. Cidades como Paris e Berlim fazem parte desta lista.

processo de apropriação, regulação e distribuição privadas de serviços e de recursos naturais, transformando-se de um bem de uso público em um valor de troca. Assim sendo, seguindo o que tem ocorrido com outros bens e serviços urbanos, a circulação de água (que incluem os serviços que envolvem o saneamento ambiental) está diretamente imbricada com a economia política do poder, que dá estrutura e coerência ao tecido urbano (Swyngedouw, 2004).

Outra questão a ser ressaltada é o fato da gestão de águas ser um “campo em disputa”, no sentido de Bourdieu (1983), ou seja, como o espaço onde ocorre uma disputa de poder entre atores em torno de interesses específicos que caracterizam a área em questão, aponta para a emergência de se lidar com sua especificidade, notadamente no contexto de ampla, crescente e contínua urbanização da sociedade.

Mais uma vez o exemplo da crise de abastecimento do Rio de Janeiro e de São Paulo, ilustra bem este complexo campo em disputa, pois o sistema do Rio Paraíba do Sul é disputado entre três Estados da Federação: Rio de Janeiro³, São Paulo e Minas Gerais. Ademais, também está em jogo outra modalidade de uso da água, pois o sistema é utilizado para geração de energia elétrica.

Tais disputa pelos usos da água destacam que os processos de mudança socioambientais (em particular, processos de urbanização) não são, portanto, socialmente ou ecologicamente neutros, já que mantêm a estabilidade de grupos e lugares enquanto minam a sustentabilidade de outros. Neste ciclo, conseqüentemente emergirão conflitos inevitáveis (Costa, et al. 2010).

Para além de questões técnicas e gerenciais, as questões relacionadas à distribuição e acesso à água são parte integral da reprodução de desigualdades sócio-espaciais e de assimetrias referentes ao direito à cidade e à cidadania, profundamente incrustadas na sociedade e, conseqüentemente, no espaço e na paisagem urbanos. Segundo Ribeiro (2008) não se trata de escassez de água, mas de desigualdade de acesso. Adicionalmente, o autor aponta que uma combinação de fatores naturais e sociais permite elaborar uma interpretação política dos recursos hídricos.

Segundo Costa e Ioris (2010), os problemas socioambientais, dentre eles, aqueles relativos à distribuição e ao consumo de água, que se apresentam em várias regiões do país, não são simplesmente uma consequência de falhas na aplicação da legislação ou de inadequação técnica, mas, sim, representam a manifestação de forças políticas, culturais e econômicas subjacentes. Os autores baseiam-se no reconhecimento de que há uma permanente e dialética interação entre a atividade humana e o ciclo hidrológico, que se estende desde da escala local até aos níveis regionais, nacionais e internacionais. Desse modo, no âmbito do capitalismo onde tudo tende a ser regido pela forma mercadoria, os impactos socioambientais gerados pela urbanização contemporânea são, direta e indiretamente, influenciados por relações desiguais de poder e de acessibilidade aos diversos serviços urbanos, em termos de acesso e uso dos recursos ambientais. No caso da gestão dos recursos hídricos, isso significa que o arranjo institucional e a experiência de gestão de tais recursos devem ser tratados como reflexo de processos de inclusão e/ou exclusão social que determinam o acesso, uso e conservação da água. Sob esta perspectiva, a cidade é, ao mesmo tempo, natural e social; real e fictícia, ou seja, algo híbrido, cheio de contradições, tensões e conflitos.

³ Somente no Estado do Rio de Janeiro o sistema abastece 26 municípios, inclusive 85% população da região metropolitana do Rio de Janeiro, cerca de 10 milhões de pessoas do estado.

Outro aspecto que cabe ressaltar é o fato de que à medida que as cidades crescem, torna-se mais complexa a circulação das águas, sejam elas destinadas ao abastecimento da população, à diluição de efluentes e esgotos, ou ainda às dificuldades para o escoamento das águas pluviais, dentre outras situações que envolvem o saneamento básico. Fatores como a demanda crescente para usos diversificados da água, bem como o crescimento da migração campo-cidade, o avanço da urbanização e o conseqüente aumento da área física da cidade, são alguns dos fatores que pressionam cada vez mais a exploração dos mananciais (superficiais e subterrâneos). A exploração demasiada pode ocasionar a degradação e escassez da água, além de tornar oneroso o processo de captação de águas em mananciais cada vez mais distantes - fato cada vez mais comum nas metrópoles brasileiras.

A URBANIZAÇÃO E A QUESTÃO DA ÁGUA NA REGIÃO DO LESTE METROPOLITANO DO RIO DE JANEIRO

Os intensos processos de urbanização vivenciado principalmente no século XX afetou significativamente os corpos hídricos nas cidades por todo o mundo. Contudo, suas conseqüências não se distribuíram de forma igual pela população. Este é o caso da Região Metropolitana do Rio de Janeiro⁴ (Fig. 1) onde os setores mais pobres e desorganizados da população, ao serem empurrados para áreas com pouca ou nenhuma infraestrutura urbana, sofreram mais do que aqueles que vivem em áreas urbanizadas e dotadas de infraestrutura razoavelmente consolidada. Nesse sentido, as deficiências de infraestrutura e as falhas operacionais dos serviços de saneamento na Região do Leste Metropolitano do Rio de Janeiro, objeto deste trabalho, ilustram a centralidade política da gestão de recursos hídricos ao longo dos anos, repercutindo de forma diferenciada nos municípios de Niterói, São Gonçalo, Itaboraí, Cachoeiras de Macau e Maricá. Este recorte territorial concentra 80% da população urbana da região do Leste Fluminense (IBGE⁵, 2010). A gestão de tal serviço nos referidos municípios constitui, talvez, um exemplo marcante de inserção da água em processos não lineares de controle político e acumulação de capital.

⁴ Fundação Centro Estadual de Estatística, Estudos e Pesquisa- Ceperj (2014)

⁵ Conforme o Censo de 2010.



Figura 1. Região Metropolitana do Rio de Janeiro, RJ/BR - Fonte: Ceperj 2014

A origem do conflito na gestão dos recursos hídricos na região em estudo deriva do fato de os municípios de Niterói, São Gonçalo, Itaboraí e Maricá não possuírem bacias hidrográficas dentro de limites capazes de suprir suas demandas de água, dependendo, principalmente, dos mananciais dos municípios de Cachoeiras de Macacu. Por esta razão, a gestão das águas nesses municípios sempre foi um campo de disputas de caráter regional. Neste contexto, a cidade de Niterói⁶ sempre foi privilegiada, devido ao seu status de antiga capital do estado do Rio de Janeiro, assim como, talvez por consequência deste aspecto, pelo alto poder aquisitivo de sua população.

A desigualdade entre os municípios desta região pode ser constatada a partir da análise dos dados do Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil 2013, onde no Ranking do Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM), Niterói encontra-se no 7º lugar entre os municípios brasileiros, bem superior inclusive da cidade de Rio de Janeiro que está 45º colocação. E ainda com relação aos demais municípios aponta que: Maricá está no 289º lugar, São Gonçalo no 795º lugar, Cachoeiras de Macacu no 1904º e Itaboraí no 2105º, o que evidencia a grande diferença social da região.

O saneamento ambiental é um dos fatores determinantes e condicionantes para justificar esta disparidade social entre os municípios. Na região, com exceção de Niterói, são milhares de pessoas que convivem diariamente com serviços precários de água e esgoto (provido pela Companhia Estadual de Águas e Esgoto do Rio de Janeiro - CEDAE, e pelas administrações municipais). Dados da pesquisa qualitativa conduzida entre 2000-2012, na qual a presente pesquisa está baseada,

⁶ Niterói foi capital do Estado do Rio de Janeiro no período de 1903 a 1975. Neste período recebeu muitos investimentos, que proporcionaram grandes obras de remodelação urbana, como a idealização e construção de uma imponente avenida entre a praia de Icaraí e São Francisco, destinada à implantação de centros de lazer e diversão, como hotéis, cassinos e parques esportivos na orla destes bairros. Destacaram-se ainda alguns melhoramentos urbanos como iluminação a gás (1904), inauguração da primeira linha de bondes elétricos ligando o Centro a Icaraí (1906), rede de saneamento (1912), construção de Porto, estação hidroviária - barcas (1908). Na década de 1990, foi elaborado o Plano Diretor da cidade. Com base nele, várias leis foram delineadas, tal como a de Uso e Ocupação do Solo (1995) e o Plano Urbanístico das Praias da Baía (1995).

possibilitam mensurar a situação do saneamento ambiental na região do leste metropolitano⁷. Esta apresentou, em 2012, que 100% dos domicílios permanentes urbanos de Niterói têm acesso à rede geral de água, vindo em seguida Cachoeiras de Macacu com 87,50%, São Gonçalo com 60,91%, Itaboraí com 31,26% e Maricá com 21,67%. A situação do esgotamento sanitário da região é muito mais precária do que a do abastecimento de água. Outra vez a cidade de Niterói aparece como caso excepcional, pois apresentava em 2012 os maiores índices de domicílios particulares permanentes urbanos com acesso à rede de esgoto com atendimento neste serviço de 83,01%, enquanto os demais municípios o serviço é inexistente ou não chega atingir 10% dos domicílios particulares permanentes urbanos.

Seguindo a visão de Swyngedouw (2004) de que a contextualização das questões de recursos hídricos é um componente de trajetórias histórico-geográficas e sócio-naturais mais amplas, o tipo e a natureza das mudanças físicas e ambientais são dependentes das circunstâncias históricas, sociais, culturais e políticas específicas, bem como das instituições que as acompanham. Dessa maneira, é preciso levar em conta que os processos sócio-espaciais se relacionam com as transformações ou metabolismos de características físicas, químicas, biológicas e dos componentes biológicos do espaço. Tais metabolismos produzem tendências contraditórias, pois enquanto em determinadas áreas e para algumas pessoas, as qualidades do ambiente (tanto físico quanto social) são melhoradas, em outras podem conduzir a uma deterioração.

A partir deste prisma, a discussão sobre a questão da provisão diferenciada de água entre os diversos municípios do leste metropolitano do Rio de Janeiro, cabe uma reflexão sobre as relações que se estabelecem entre Niterói e os demais que compõem a mencionada região.

Desse modo, em primeiro lugar, cabe proceder um olhar mais apurado sobre a situação da distribuição da água na região. Conforme mencionado anteriormente, o abastecimento dos municípios de Niterói, São Gonçalo, Itaboraí e uma parte de Maricá é oriundo do Sistema Imunana⁸ que, por sua vez, é abastecido pelos mananciais das bacias dos rios Guapiaçu e Macacu situados no município de Cachoeiras de Macacu (fig. 2), e é responsável pelo atendimento de aproximadamente dois milhões de pessoas. Contudo, a demanda hídrica do sistema é maior que a sua oferta, representando hoje, aproximadamente, cerca de 340.000 pessoas sem acesso a água tratada (Hwa, et al., 2009).

Ao se analisar a distribuição sócio-geográfica da água, verifica-se que a população dos municípios situados mais próximos dos mananciais de água, não se beneficia desta situação, apesar de sua grande concentração populacional. Pode-se afirmar que a localização privilegiada dos moradores de São Gonçalo⁹ e Itaboraí, não foi suficiente para competir com aqueles que detêm posição

⁷ Pesquisa "Monitoramento de Indicadores Socioeconômicos nos Municípios do Entorno do Comperj realizada pela Universidade Federal Fluminense (UFF), em parceria com ONU-Habitat, com apoio da Petrobras, em onze municípios da região do leste metropolitano (Niterói, São Gonçalo, Itaboraí, Cachoeiras de Macacu, Maricá, Tanguá, Guapimirim, Magé, Rio Bonito, Silva Jardim e Casimiro de Abreu). O monitoramento de impactos apoiou-se em indicadores da ONU relativos aos objetivos de desenvolvimento do milênio (ODMs) e foi realizado de modo multidisciplinar. Esta pesquisa possibilitou mensurar a situação do abastecimento e do tratamento de água, a coleta e tratamento do esgotamento sanitário e a coleta e destinação final dos resíduos sólidos neste conjunto de municípios.

⁸ O Sistema Imunana é operado pela CEDAE; a vazão de entrada hoje no canal de Imunana é de 7m³/s, a água bruta é aduzida para a ETA Laranjal, (Alcântara / São Gonçalo). Esta é a vazão máxima que pode ser retirada do sistema, acima disto passa a comprometer a vazão ecológica da região. Contudo, a demanda hídrica do sistema é de 8,5m³/s e, portanto, seu déficit hídrico hoje é de 1,5m³/s.

⁹ Segundo o IBGE, em 2010, o município de São Gonçalo tinha uma população de 999.728 habitantes e possuía a segunda maior população do Estado do Rio de Janeiro. Entretanto a faixa de renda da maioria de sua população é de média baixa a

privilegiada no espaço social e político. Enquanto isso, nos bairros de Niterói (área mais “nobre”), mesmo estando mais distantes geograficamente (ou melhor, situados nos denominados “fim de linha” pela CEDAE), dificilmente falta água. Assim, podemos concluir que “é na relação entre a distribuição dos agentes e a distribuição dos bens no espaço que se define o valor das diferentes regiões do espaço social reificado” (Bourdieu, 1999).

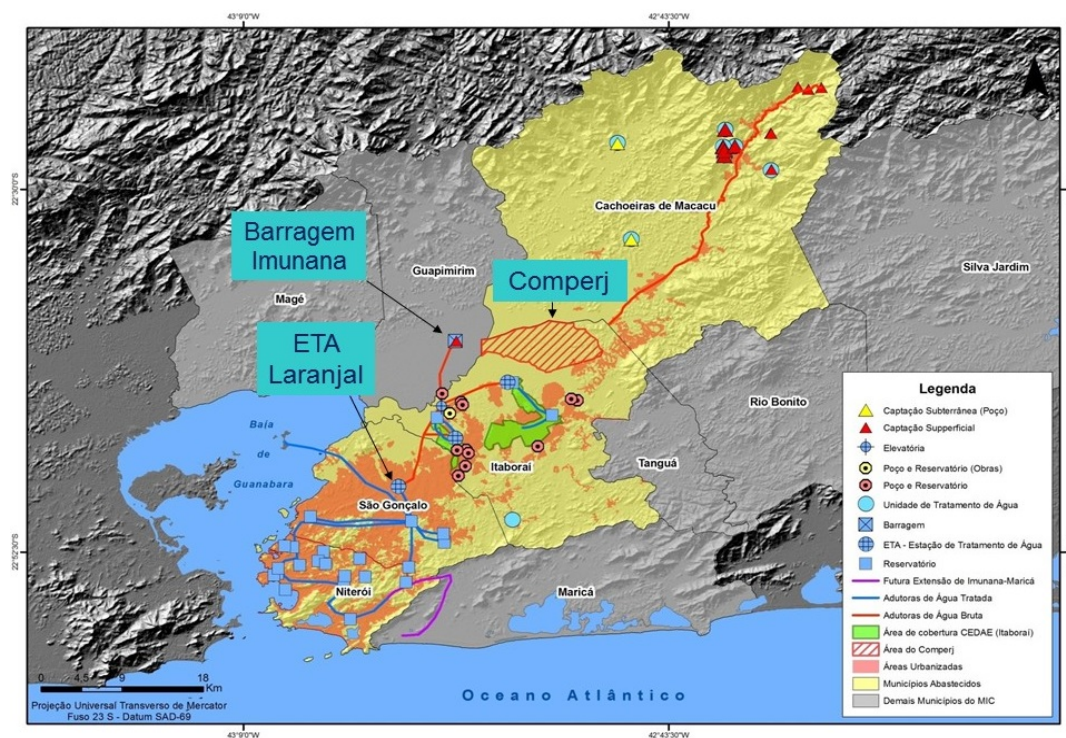


Figura. 2: SISTEMA IMUNANA-LARANJAL - Fonte: NEPHU/UFF (2013)

De modo geral, os problemas de água, apesar de amplamente conhecidos, têm sido geralmente tratados com uma combinação de diversos fatores, entre eles: repressão, demanda solvável e poder de interferência nas políticas públicas as quais, ao que tudo indica, têm intensificado a produção de contradições geográficas ao priorizarem intervenções em áreas centrais e em benefício de populações de maior renda. Além do mais, normalmente obedecem a critérios exógenos, demandas tecnocráticas e agendas político-partidárias acarretando, via de regra, grande desperdício de recursos.

A limitada integração entre as autoridades públicas, um dos principais agentes da produção do espaço urbano, principalmente as prefeituras, associada a uma crescente necessidade de fundos adicionais para manter e prover infraestrutura básica as cidades e a fragilidade do planejamento urbano e ambiental têm resultado sérios problemas na gestão da água. A insustentabilidade da oferta de água é, portanto, não apenas relacionada ao mau estado dos sistemas hidrológicos e à precariedade dos serviços públicos, está profundamente enraizada nos padrões de uso e de

baixa. Com relação ao abastecimento de água da cidade, a qualidade deste serviço prestado é bastante insatisfatória, apesar da Estação de Tratamento de Água Laranjal (ETA) estar localizada no município e fornecer água para maior parte da população do Leste Fluminense. Um exemplo como é tratada a população local pela concessionária responsável por este serviço, o bairro de Santa Isabel, com 100 mil habitantes, só foi abastecido no dia da inauguração de sua rede de água.

conservação deste recurso natural em um contexto de forte desigualdade de poder entre as comunidades e os formuladores de políticas.

Os resultados da pesquisa *Monitoramento de Indicadores Socioeconômicos nos Municípios do Entorno do Comperj* demonstram que os problemas de gestão de água estão intimamente relacionados à falta de oportunidades da população local em influenciar o processo de tomadas de decisões e à fragilidade dos mecanismos oficiais criados até o momento para envolver os diferentes grupos sociais ou áreas geográficas nos processos decisórios. Nesse contexto, a influência de grupos mais organizados e com maior poder político continua a prevalecer, tanto em questões pontuais, quanto em termos da direção estratégica de planos e projetos.

A esse respeito, no que se refere ao saneamento, os inúmeros projetos na região, a exemplo do Programa de Despoluição da Baía de Guanabara (PDBG)¹⁰, não foram suficientes para solucionar os problemas e tiveram como um dos pontos fracos a ausência de discussão com os gestores municipais e com a população - principalmente em sua fase inicial de elaboração.

Todos os programas se deram de forma esporádica e desconectada, devido principalmente a ausência de um diagnóstico satisfatório sobre a real situação do saneamento na região.

Para agravar esta situação de precariedade, de desigualdade socioambiental e de ausência de uma instância de planejamento e gestão metropolitana mais atuante, é instalado no município de Itaboraí, no Leste Fluminense um grande projeto de desenvolvimento, o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj).

Apesar de o empreendimento tentar associar sua imagem aos benefícios sociais, econômicos e ambientais como projeto regional de *desenvolvimento sustentável*, a tecnologia do processamento de petróleo pesado é poluidora e demanda intensiva utilização de energia e ÁGUA. Um dos pontos fracos desse projeto é justamente a escolha locacional do empreendimento, ou seja, em uma região onde já existia um grande déficit hídrico. O Plano Diretor de Recursos Hídrico da Baía da Guanabara, concluído em 2006, já indicava que devido à escassez de água nas bacias hidrográficas da região, os recursos hídricos deveriam ser usados exclusivamente para o consumo humano e dessedentação de animais. Por esta razão a demanda da água industrial do Comperj foi prevista para ser atendida com água de reuso, conforme recomenda o Relatório de Impactos Ambientais¹¹

¹⁰ Resultados da Pesquisa Monitoramento de Indicadores Socioeconômicos nos Municípios do Entorno do Comperj revelam que as redes de água implantadas no município de São Gonçalo à época do PDBG estão completamente inoperantes. Como o programa não foi concluído, grande parte delas nunca levou carga e não se tem o registro de onde tais redes começam e terminam. Em consequência, a opção de fazer perfurações (gato) nas adutoras desse sistema pela população foi e é muitas vezes a única alternativa, em diversas áreas do município, para se ter acesso à água. Todos esses fatores constituíram um importante indicador da não eficiência do serviço, como observado em vários bairros onde existe rede, mas a intermitência desse serviço chega a 30 dias. Do mesmo modo, ocorreram desperdício de recursos nas obras das redes de coleta e tratamento de esgoto. Através desse programa foram executadas diversas redes coletoras nos bairros dos municípios de São Gonçalo, aproximadamente 30 elevatórias de esgoto e foi prevista a construção da Estação de Tratamento de Boa Vista, dimensionada para tratar todo o esgoto doméstico do município. Entretanto, como o Programa foi paralisado, o sistema não foi interligado e a ETE não foi concluída. Hoje, a partir de novos investimentos pelo governo do estado a ETE Boa Vista está operando com uma vazão muito abaixo de sua capacidade inicialmente projetada e conseqüentemente a maioria dos efluentes de esgoto do município ainda são lançados sem qualquer tratamento nos mananciais da região.

¹¹ Além disto, com intuito de resolver o problema de abastecimento do Sistema Imunana e atender à demanda hídrica para consumo humano do próprio Comperj, o Relatório de Impactos Ambientais (RIMA) do empreendimento indica a construção de uma barragem-reservatório no Rio Guapiaçu, no município de Cachoeiras de Macacu. Tal iniciativa causará um grande impacto socioambiental na região, pois acarretará a mobilidade compulsória de 1000 agricultores familiares e aproximadamente três mil trabalhadores rurais. O alagamento da área pretendida provocará a inundação de extensa área agrícola equivalente a 500 hectares de extensão considerada de altíssima fertilidade e produtividade (EMATER/RJ). Os

(RIMA) do empreendimento. Esta vazão é da ordem de 2,5 m³/s, para ter uma ideia, é suficiente para abastecer uma cidade do porte de Niterói.

Desde seu anúncio, em 2006, o Comperj promoveu no Leste Metropolitano do Estado do Rio de Janeiro, um dinamismo econômico e político, assim como transformações socioespaciais, impactos socioambientais e tensões entre os diferentes atores sociais, o que, segundo Novais (et al., 2007), o caracteriza como Grande Projeto Regional, pois promove rupturas e impacto em múltiplas dimensões.

Desse modo, sua implantação representou um evidente fator de conflito, expresso, entre outras formas, pela valorização da terra, aumento da densidade populacional, demanda por saneamento ambiental e alterações introduzidas nas normativas urbanísticas (Bienenstein, et al., 2012). Este quadro fez com que os agentes econômicos redefinisse maneiras e estratégias de produção do espaço social e de organização do território, conforme seus interesses, o que demonstra fortes indícios de mudança na política urbana para o empresariamento urbano (Harvey, 1996).

Um exemplo destas novas estratégias pode ser visto em Niterói em 2013, quando três importantes empresas brasileiras que hoje enfrentam os tribunais por conta do que ficou conhecido como “Operação Lava Jato”, a saber, Odebrecht, OAS e Andrade Gutierrez ofereceram, mais precisamente durante a realização a 5ª Conferência da Cidade de Niterói, por intermédio de uma carta de intenções endereçada à Prefeitura, a proposta de, a exemplo do que ocorreu com o Porto Maravilha no Rio de Janeiro, realizar uma parceria com o executivo municipal niteroiense, voltada para a renovação da área central da referida cidade, proposta essa nomeada de “Operação Urbana Consorciada, OUC-Niterói. Não sem constrangimentos, a carta de intenções foi aprovada na mencionada Conferência.

A partir daí um conjunto de instrumentos foram encaminhados pelo executivo municipal e, após um conturbado e manipulado processo de audiências públicas, aprovados pela Câmara de Vereadores de Niterói. A resultante desse processo gerou a Lei Municipal nº 3.061, de 03/12/2013, que autoriza o Poder Executivo a realizar a Operação Urbana Consorciada da Área Central de Niterói, "OUC-Niterói", que compreende um conjunto de intervenções coordenadas pela

atingidos do Vale do Guapiaçu só tomaram ciência do projeto quando o Governo do Estado, através da Secretaria do Ambiente (SEA) e da CEDAE, iniciou um cadastramento dos agricultores para fins de desapropriação da área, com claro intuito de relegá-los a uma questão menor na discussão dos impactos da referida barragem. Com ameaça de serem expulsos de suas terras, o processo de resistência dos *agricultores atingidos* se inicia com bloqueios da rodovia RJ 122, ocupação da Prefeitura e da Câmara de Vereadores do município de Cachoeira de Macacu, o movimento ganha visibilidade e obtém apoio de um grande número de organizações da sociedade civil, sindicatos e redes de movimentos sociais, como o MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens). Segundo Medeiros (2015) não é a primeira vez que os agricultores da Bacia do Rio Guapiaçu, são ameaçados de serem expulsos de suas terras. Os atingidos têm um histórico de muita luta e sofrimento para a conquista da terra onde vivem e trabalham, a maioria em pequenos lotes com agricultura de base familiar. Na área em que está projetado o alagamento da barragem, portanto, existem famílias que vêm de diferentes trajetórias, a maioria marcadas pela vulnerabilidade e por processos de expropriação, que se intensificaram com a ditadura. As que vieram do Imbé, por exemplo, já estavam lá porque haviam sido expulsas de outras terras antes, como é o caso das que foram despejadas da Fazenda do Largo, em São João da Barra, ou de antigos colonos do café oriundos de Minas Gerais e do norte fluminense que se obrigaram a buscar outras formas de sobreviver em função da crise cafeeira. Os que já estavam em Cachoeiras de Macacu enfrentaram a perseguição militar em função do conflito da Fazenda São José da Boa Morte. Estes agricultores, depois de cinco décadas, correm o risco de serem novamente expulsos de suas terras, o que mostra a constante vulnerabilidade a que estão sujeitos os trabalhadores do campo no Brasil, sobretudo aqueles a quem a terra não é objeto de herança, mas de conquista. Outra questão relevante é que a barragem do Guapiaçu representará um acréscimo de vazão para atender a necessidade hídrica do sistema Imunana somente até 2020 (Hwa et al., 2009) a, o que não justifica sua construção tendo em vista o seu grande impacto socioambiental e econômico na região.

Administração Pública Municipal, objetivando alcançar transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e valorização ambiental da região central da referida cidade.

No ano de 2010, a cidade possuía um contingente populacional de 487,5 mil habitantes e apresentava um dos mais elevados Índice de Desenvolvimento Humano do país. A cidade recebe uma população flutuante de mais de 300.000 pessoas todos os dias, trabalhadores que passam inevitavelmente por sua área central com destino a outras localidades, em especial ao Rio de Janeiro. A OUC¹² encontra-se localizada justamente nesta área da cidade, abrangendo cerca de 3,2km².

A exemplo de outras iniciativas dessa natureza, a OUC-Niterói foi defendida por um conjunto de ordens de justificação que indicava, dentre outras, a necessidade de atrair mais moradores para a região, “otimizar” os “espaços subutilizados” que a aquela área da cidade, no entender dos seus proponentes, apresentava, e promover o desenvolvimento econômico da mesma.

No entanto, uma análise mais apurada do programa da Operação demonstra contradições entre seus objetivos e os meios propostos para alcançá-los. No Relatório de Impacto de Vizinhança, RIV, é previsto que ocorrerá adensamento populacional devido ao empreendimento. Entretanto, foram encontradas graves contradições no cálculo da “população projetada” após a implantação da OUC, pois dependendo dos problemas gerados pela ação e os interesses de investimento, especialmente por parte de incorporadoras e de construtoras, tais projeções assumem valores bem diferenciados.

Para realizar uma análise sobre os possíveis impactos da OUC-Niterói sobre o sistema de abastecimento de água da região é necessário primeiramente esclarecer como é ofertado o serviço de abastecimento de Niterói.

O sistema de abastecimento de água do município é de responsabilidade da concessionária privada “Águas de Niterói”. Contudo, conforme visto, toda a água de abastecimento é fornecida pela CEDAE”, a partir do sistema integrado Imunana-Laranjal, cabendo à Concessionária “Águas de Niterói” apenas a ação de distribuição dentro do município de Niterói. Hoje a água destinada ao município, ou seja, sua vazão total, já não atende com qualidade 100% da população, pois têm sido observadas manobras de água em vários bairros, com intermitência prolongada, como também a diminuição da oferta em época de estiagem e nas redes situadas em final de linha, o que já é motivo para reclamações de moradores de várias áreas da cidade.

Neste contexto e alheio ao fato de que o abastecimento de água de Niterói é um problema regional, o RIV coloca como medida mitigadora para resolver a nova demanda por água gerada pelo empreendimento, a construção de uma nova rede de distribuição de água na própria área da OUC.

¹² A OUC abrange integralmente o Centro propriamente dito, e parte dos seguintes bairros: Ponta D’Areia, São Lourenço, Ingá, São Domingos, Gragoatá e Boa Viagem. Vale destacar que justamente na área do centro encontra-se a maior comunidade de baixa renda do município, ou seja, o Morro do Estado. Para a Área de Vizinhança da OUC-Niterói foram considerados todos os bairros dentro da área da OUC e mais aqueles que são tangenciados pelo raio de 500 metros. Dessa maneira, a Área de Vizinhança representa 12,9 km² e corresponde aos bairros Ponta D’Areia, Centro, Morro do Estado, São Domingos, Ingá, Gragoatá, Boa Viagem, Icarai, Fátima, Pé Pequeno, São Lourenço, Santana e Ilha da Conceição (RIV)¹². Segundo o Censo Demográfico de 2010 (IBGE), a Área de Vizinhança do empreendimento era ocupada por 164.523 habitantes distribuídos nestes 13 bairros.

Diante das previsões ambíguas de crescimento populacional apresentadas e a partir dos parâmetros de cálculo de vazão de água com a implantação da OUC, indicados no RIV, foram desenhados dois cenários com relação ao impacto da Operação sobre o Sistema de Abastecimento de Água na região. No cenário onde se prevê um adensamento populacional menor, a demanda por água aumentará em aproximadamente 40%, somente na área da OUC, não considerando o crescimento dos demais bairros não atingidos pela operação. Para a segunda opção, esta mesma demanda passará a ser cerca de 90%, o que representa a necessidade de quase dobrar a quantidade de água que hoje abastece todo município de Niterói.

Conclui-se que, mesmo no cenário mais favorável, os impactos nas condições de abastecimento de água serão de grande relevância, tendo em vista que já ocorre um déficit hídrico e não existe uma visão integrada e uma definição de política de saneamento para a região. Assim sendo, este empreendimento poderá acarretar um aumento dos conflitos socioambientais, com a exclusão do acesso da população de menor renda a esses serviços. É importante esclarecer que, mesmo Niterói não é um território homogêneo, existem 93 favelas no município, onde mora uma população de baixa renda. Assim, esta exclusão poderá ocorrer em termos regionais e também na microescala.

No caso do município de Maricá, apesar da precariedade do saneamento ambiental¹³, a urbanização tem se reconfigurado em um padrão seletivo e desigual, expresso em condomínios e *resorts* de luxo voltados para uma população de renda mais elevada, (até o presente momento dois deles já foram lançados no município). Tais lançamentos imobiliários se referem à logística a ser instalada na região, em seu material de divulgação, como elemento de valorização. No município verificou-se um claro exemplo de planejamento que deixa de controlar o crescimento urbano e passa a encorajá-lo por todos os meios possíveis e imagináveis. O “*marketing urbano*” (Vainer, 2000) chegou ao site da prefeitura na divulgação do bem-sucedido lançamento de um dos empreendimentos do grupo Alphaville, conforme é abaixo indicado:

Terras Alpha Maricá vende todos os lotes em um único dia - Foi bem concorrido o lançamento do empreendimento Terras Alpha Maricá, do grupo Alphaville Urbanismo S.A., no último sábado (09/7) em Inoã. Todos os 399 lotes postos à venda foram comercializados antes do fim da manhã... Além da qualidade impressa pela marca Alphaville, o sucesso de vendas do Terras Alpha Maricá é resultado do esforço do governo maricaense na busca por novos investimentos para o município.¹⁴

Os municípios de Itaboraí e de São Gonçalo também acompanharam este novo modelo de ocupação do solo, com grandes lançamentos imobiliário, nova volumetria, rupturas urbanísticas-territoriais, investimento no setor de serviço e alterações nas normativas urbanísticas.

¹³ Como acontece nos municípios de Niterói e São Gonçalo, Maricá não tem disponibilidade hídrica nas bacias hidrográficas que atravessam seu domínio. O serviço público de abastecimento de água e de esgotamento sanitário de Maricá é competência da Companhia Estadual de Água e Esgoto (CEDAE), cujo contrato de concessão foi renovado, em 2010, por 28 anos. O sistema de abastecimento urbano de água existente no município de Maricá é formado pela captação na bacia do rio Ubatiba. Contudo, devido a sua baixa vazão, a ETA localizada no município atende somente os bairros do Centro e Flamengo. Esta bacia sofre com o problema de sazonalidade, no período de estiagem, a vazão é reduzida em 30 litros/s, havendo registro de diminuição de até 15 litros/s, prejudicando a operacionalidade do sistema. Em 2013, a CEDAE implantou rede de distribuição de água nos bairros Inoã e Itaipuaçu ligadas ao Sistema Integrado Imunana/Laranjal, que já era deficitário. Dessa maneira, o problema de abastecimento em Maricá não foi resolvido com relação à demanda de água. E por esta razão continua a ser recorrente a falta d'água no município.

¹⁴ Disponível em: <http://www.marica.rj.gov.br/?s=noticia&n=827>, acessado em: 19/01/2016

Até o momento, na gestão urbana dos municípios do leste fluminense a questão dos futuros aportes relativos ao abastecimento da água, não foram considerados. Em Niterói, nas audiências públicas de discussão da Operação Urbana Consorciada do Centro, membros da sociedade civil (em especial membros da universidade e do Instituto de Arquitetos do Brasil, Núcleo Leste Metropolitano) alertaram sobre o risco de colapso no abastecimento d'água diante das propostas de adensamento de uso e ocupação do solo urbano do Centro e bairros vizinhos. Contudo o executivo municipal ignorou este problema, justificando que o município não era responsável pela distribuição da água no caso, do Sistema Imunana. Já no ano de 2015, durante a discussão do Plano Urbanístico de Pendotiba de Niterói – PUR, no qual foi proposto e aprovado um maior adensamento na região, a estratégia do executivo municipal para evitar que a polêmica vinculada à ameaça de desabastecimento de água foi introduzir na própria lei que aprovou o mencionado Plano Urbanístico, a garantia de abastecimento de água por cinco anos na região. Vale, contudo, destacar que esta orientação tem duas incoerências: a primeira refere-se à própria prefeitura não somente não é responsável pela gestão do serviço de água, conforme, inclusive, seus membros destacaram, como também não tem como garantir uma vazão futura de abastecimento por 5 anos para a região, tendo em vista que hoje a vazão ofertada já não é suficiente para atender o município; a segunda, tem relação com o prazo de revisão do projeto de lei, no qual, no art nº 127, coloca que a referida lei deverá ser revista em 10 anos. Apesar de indagado em todas as audiências públicas sobre esta incoerência, os membros do executivo municipal não responderam esta questão.

Além dos problemas e questões que foram acima brevemente mencionados, vale também ressaltar que a incoerência existente entre as formas de gestão geográfica da água, –que envolvem montanhas, rios e declividades e as que dizem respeito à gestão do território municipal, ou seja, segundo limites político-administrativos. Tal incoerência é reforçada pela Constituição Brasileira, a qual afirma que cabe aos Municípios promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle de uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano (artigo 30, inciso VIII). *Ocorre que na maioria dos casos os limites de bacias e de sub-bacias não coincidem com os limites municipais. Assim, a compartimentação geográfica e a compartimentação político-administrativa não coincidem, criando alguns impasses de Competência e dificultando a ação regulatória e de fiscalização (Martins, 2006).*

Dessa maneira, temas como abastecimento, esgotamento sanitário e drenagem para serem trabalhados exigem outro tipo de divisão. Incorporar tais inovações não é, no entanto, tão simples, particularmente no caso da Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

Em 2014, o Governo do Estado do Rio de Janeiro criou a Câmara Metropolitana de Integração Governamental que tem entre outras atribuições definir políticas públicas que garantam o desenvolvimento sustentável da região metropolitana. Contudo, para mudar este contexto de grandes injustiças sócio-espaciais e de grande desarticulação entre os agentes produtores e gestores do território (municípios), se faz necessário vontade política e um grande esforço de planejamento que priorizem o social em detrimento do econômico. Este é o grande desafio a ser enfrentado no caso aqui discutido que é o vinculado ao direito à água.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises realizadas apontam que os processos de urbanização e de industrialização contemporânea ocorridos no Leste Metropolitano nos últimos anos tem contribuído para o

agravamento dos conflitos socioambientais especialmente no que diz respeito à demanda e às disputas pela água, como também comprovam que historicamente a distribuição destes recursos tem sido feita de forma desigual entre os grupos sociais que interagem no território.

Os projetos dito de "desenvolvimento" adotado pelos administradores urbanos na região, partem do princípio que este padrão contemporâneo de gestão e realização da riqueza, é orientado por uma lógica expansiva caracteristicamente seletiva (somente alguns setores da economia) e excludente (apenas alguns segmentos sociais nela envolvidos), e que por sua vez tem determinado um padrão de gestão, investimento e produção do espaço urbano, também seletivo (somente algumas parcelas da cidade) e excludente (apenas algumas poucas classes são beneficiadas), conformado pela superimposição do critério de viabilidade econômica capitalista vigente desde o final de milênio (Bienenstein, et al. 2015).

Contudo se este modelo que encontramos hoje de gestão nos municípios continuar seguindo esta lógica do empresariamento urbano, marcada pela guerra dos lugares, provavelmente a região enfrentará um sério problema com relação ao abastecimento d'água, com um agravante, existe uma proposta do governo do estado, amplamente defendidas pela mídia e por setores empresariais, pela privatização dos serviços de saneamento da região, em especial o abastecimento de água, o que, conseqüentemente, poderá determinar que o acesso, no caso, à água será para atender apenas a demanda solvável. Como visto, tal situação já é vivenciada hoje por alguns destes municípios, especialmente São Gonçalo e Itaboraí.

A proposta do Governo do Estado para a Gestão da Região Metropolitana do Rio de Janeiro¹⁵ está no início de suas atividades, contudo a sustentabilidade vista como um padrão de desenvolvimento urbano socialmente justo, ambientalmente ou economicamente equilibrado, dá margem a uma ampla formulação de questões e à necessidade de se colocar em evidência as efetivas disputas.

Segundo Martins (2006), os conceitos de sustentabilidade podem expressar ideias e conteúdos bastante diversos, dependendo da ótica de quem o utiliza. Por trás das palavras existe uma disputa ideológica que não fica explícita. O modelo de consenso neoliberal que despolitiza as relações sociais, escamoteando ou naturalizando todas as formas de conflitos, também capturou o termo "sustentabilidade". Essa palavra mágica, essa unanimidade amplamente defendida, incorpora conteúdos os mais diversos e antagônicos. Desta maneira na arena de diálogo o lado

¹⁵ A Câmara Metropolitana de Integração Governamental do Rio de Janeiro e o Grupo Executivo de Gestão Metropolitana foram criados a partir do Decreto de lei Nº 44.905. Principais justificativas para sua criação: i) a necessidade do Poder Executivo Estadual de assumir a liderança no processo de estabelecimento de parâmetros para a definição de políticas públicas que garantam o desenvolvimento sustentável da Região Metropolitana; ii) que é imprescindível construir um modelo institucional adequado de governança metropolitana participativa, eficiente e moderna, com participação das forças políticas, do empresariado e da sociedade; iii) que a Região Metropolitana constitui-se em instância institucional e espacial de planejamento, organização e gestão das funções públicas e serviços de interesse comum, devendo, portanto, ser compartilhada entre o Estado e os municípios metropolitanos. Principais atribuições e objetivos: i) criar um ambiente de cooperação e apoio entre os diversos níveis de governo presentes na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, que possibilite a concertação permanente das ações na Região; ii) propor um novo arcabouço legal e institucional para a Região Metropolitana, consagrando um modelo de governança para a Região; iii) pactuar sobre os projetos e ações de interesse comum e de caráter metropolitano a serem implementados, definindo e os objetivos a serem alcançados; iv) estabelecer parcerias público-privadas; v) desenvolver uma estrutura de captação de recursos externo de fonte internacionais e vi) a contratação de consultoria internacional para a elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana do Rio de Janeiro., que vai definir ações como mobilidade e saneamento, com financiamento do Banco Mundial. A Câmara vai desaparecer quando for criada Agência Metropolitana que será formada pelo Governador e pelos 21 prefeitos da RM. O projeto de Lei para sua criação encontra-se na Câmara dos Deputados (ALERJ).

urbano, o lado ambiental e o lado econômico financeiro (cidade competitiva) representam bem os diversos conceitos que este termo pode alcançar.

Dentre outras ações, o Governo do Estado, seguindo a orientação da Câmara Metropolitana, em 2015 realizou a contratação do consórcio internacional¹⁶ para a elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, que vai definir ações como mobilidade e saneamento, em 21 municípios da região, incluindo a capital, com investimento de 3 milhões de dólares do Banco Mundial. Este consórcio foi amplamente divulgado pela imprensa brasileira destacando principalmente a empresa internacional que o constitui, que foi responsável pelo “*planejamento estratégico da Região Metropolitana de Barcelona*”¹⁷.

Recentemente a empresa responsável por elaborar o Plano Estratégico, o “Modelar a Metrópole”, deu por encerrada sua primeira fase - o Diagnóstico da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Com o discurso que o planejamento da metrópole será elaborado em conjunto com a sociedade, a empresa realizou duas oficinas¹⁸ no Leste Metropolitano para escutar e permitir a participação da população na construção do referido diagnóstico. Contudo, em vista como a discussão foi conduzida, o debate ficou reduzido a uma visão de uma metrópole ideal¹⁹ e não real, com claro intuito de não permitir que os conflitos e os problemas em relação as políticas públicas na região emergissem.

Assim, definir o espaço de todos no espaço urbano e as condições de fruição de um ambiente saudável não é uma demanda ao Estado é uma disputa ampla no conjunto da Sociedade. Sem identificar a politização dos problemas de recursos hídricos, a discussão e formulação de respostas fica circunscrita a temas superficiais e que não conduzem a soluções efetivas. Então para que esta proposta de gestão metropolitana possa diminuir as injustiças sócio-espaciais e garantir o direito a água a toda população, é necessário que ocorra o aumento da democracia e da participação popular nos processos de gestão dos recursos hídricos. Entretanto se esta nova proposta de gestão seguir a lógica do empresariamento urbano, com a negação dos conflitos e das cidades como espaço político, o que se terá será a continuidade de uma política pública que assegura condições de qualidade funcional e de infraestrutura e condições de qualidade ambiental apenas para uma parcela reduzida de seu território e o restante da população conviverá com a escassez e a má qualidade ambiental nas áreas desprezadas pelo mercado, e aí cabe perguntar que sustentabilidade será esta?

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H.; MELLO, C. C. do A.; BEZERRA, G. das N. O que é justiça ambiental, Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

¹⁶ Consorcio internacional formado pelas empresas Jaime Lerner Associados e pela Quanta Consultoria.

¹⁷ Jornal “O GLOBO” – 11/09/2015 – Caderno Niterói.

¹⁸ Foram realizadas duas oficinas na região do Leste Metropolitano, mais precisamente em Niterói e São Gonçalo.

¹⁹ A metodologia utilizada objetivou desenhar uma Visão do Futuro para RMRJ, onde o eixo central foi a Baía da Guanabara, assim a participação ficou restrita a responder duas perguntas “Como deve ser a Baía de Guanabara em 2040? O que não pode faltar? “. Cabe ressaltar que estas oficinas foram pouco divulgadas e que a participação dos movimentos sociais e da sociedade civil foi muito pequena.

- BIENENSTEIN, G. (2014) Globalização e metrópole: a relação entre as escalas global e local. In: Produção e Gestão do Espaço. Orgs. Maria de Lourdes Costa & Maria Lais Pereira da Silva, Niterói, FAPERJ; Casa 8, p. 337-358, 2014.
- BIENENSTEIN, R.; SANCHEZ F.; AMARAL D. O Leste Fluminense, O Comperj e a questão urbano-habitacional, In: Grandes projetos Metropolitanos: Rio de Janeiro e Belo Horizonte / Oliveira F. L. org et al., Rio de Janeiro: Letra Capital, 151-186, 2012.
- BOURDIEU, P. O efeito de lugar, In: Miséria do mundo. Petrópolis: Vozes, 1999
- _____. Questões da Sociologia, Fim de Século, 1983.
- COSTA, M. A. M; IORIS, A. A. R. Até a Última Gota: Complexidade Hidro-Social e Ecologia Política da Água na Baixada Fluminense, Rio de Janeiro, Brasil. Anais, Conferência Internacional da Rede Waterlat, SP, 2010.
- DIAS, D. M. Avaliação do impacto da renda sobre o consumo hidrometrado de água em domicílios residenciais urbanos: um estudo de caso para regiões de Belo Horizonte, Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-graduação em Saneamento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG.130p, 2008.
- GOMES, G. F. Conflitos socioambientais e o direito à água, 1.ed.-São Paulo: Outras Expressões, 208 p, 2013.
- HARVEY, D. Administrativismo ao empreendedorismo: A transformação da governança urbana no capitalismo tardio. In: A produção capitalista do espaço, p 161-190, 1996.
- HWA, Chou Sin; HORA, Monica de G. Massera. Projeto Macacu – Planejamento Estratégico da Região Hidrográfica dos Rios Guapi-Macacu e Caceribu-Macacu, FEC/UFF, Petrobrás Ambiental: Rio de Janeiro, 2009.
- IORIS, A. A. R. Da foz às nascentes: análise histórica e apropriação econômica dos recursos hídricos no Brasil. In: Almeida, A. W. B (*et al.*) org. Capitalismo globalizado e recursos territoriais: fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro. Ed. Lamparina, 2010.
- LEFEBVRE, H. Revolução Urbana. Tradução de R. Bononno. University of Minnesota Press: Mineapolis e Londres, 1970.
- MARTINS, M. L. R. Moradia e Mananciais: Tensão e diálogo na metrópole, São Paulo: FAUUSP/FAPESP, 2006.
- MEDEIROS, L “Conflitos e repressão no campo no Estado do Rio de Janeiro (1946 -1988)”, projeto de pesquisa – FAPERJ e CEVRio, 2015.
- MIRAFETAB, Faranak. Insurgent planning: situating radical planning in the Global South. In: Planning Theory, February, vol. 8, 2009.
- NOVAIS, P.; OLIVEIRA F.; SÁNCHEZ F.; BIENENSTEIN G. Grandes Projetos Urbanos: panorama da experiência brasileira, Anais do XII ENANPUR, Belém do Pará, 2007.

RAULINO, S.; COSTA M. A. M; MACHADO, C. R. S. A discussão das águas sob a ótica da educação ambiental crítica e da ecologia política dos recursos hídricos: a experiência de um curso de extensão na Baixada Fluminense, Anais, Conferência Internacional da Rede Waterlat, SP, 2010.

RIBEIRO, W. C. Geografia política da água, São Paulo: Annablume, 2008.

SWYNGEDOUW, E. Social Power and the Urbanization of Water: Flows of Power, Oxford: Oxford University Press, 2004.

VAINER, Carlos. Pátria, empresa e mercadoria: Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano, In: Arantes, O.; Vainer, C.; Maricato, E., A Cidade do pensamento Único. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.